

Trabalho no campo: os desafios a serem superados no cenário atual

» VIVIANA SANTIAGO
Diretora-executiva da Oxfam Brasil

O Brasil foi o último país a abolir formalmente a escravidão, mas os três séculos de exploração e violação de seres humanos escravizados deixaram marcas profundas. O crescimento de setores como o da agricultura se deu na lógica de um sistema de produção que ainda se sustenta dessa exploração, revelando a precariedade das condições oferecidas aos trabalhadores rurais, consideradas como as piores do Brasil.

Hoje, 69,6% das trabalhadoras e trabalhadores rurais são pessoas negras e 58,3% estão na informalidade. Isso determina não apenas a privação de direitos garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mas, principalmente, a continuidade da exploração de uma população majoritariamente negra.

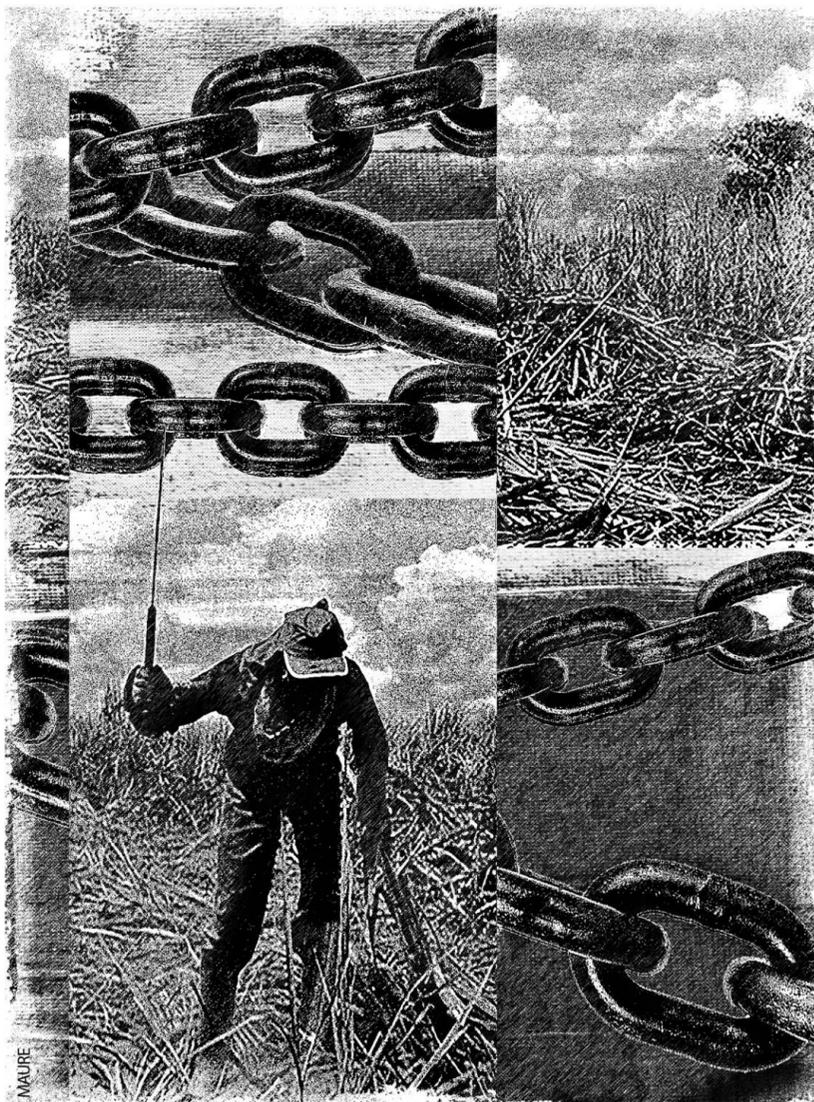
Se ampliarmos o nosso olhar, percebemos que a situação se encontra em um estado ainda mais crítico, quando apenas 12,1% das vagas de trabalho formalizadas no campo são ocupadas por mulheres — número que não chega nem perto de refletir o total da mão de obra feminina no campo.

Para realmente alcançar soluções duradouras, o diálogo social e seus pactos decorrentes devem ser sistêmicos e envolver todos os atores das cadeias produtivas. Somente dessa maneira, podemos avançar na direção de uma cultura do trabalho que definitivamente deixe para trás a escravidão, reconheça pessoas negras enquanto seres humanos, possuidoras e possuídas de direitos, e garanta o trabalho digno como um direito inalienável de cada uma e cada um deles.

Nesse sentido, é importante que qualquer iniciativa que busque promover o trabalho decente na agropecuária traga um olhar amplo, capaz de considerar o papel dos diferentes atores das cadeias produtivas com recomendações de devida diligência. Os processos de diálogo social precisam almejar pactos sociais para terem mais legitimidade e, portanto, maior chance de sucesso, pela sua amplitude e participação.

O Brasil, sob os governos petistas, desenvolveu uma tradição de participação social na construção de políticas públicas, com diferentes experiências. Temos como exemplo os processos das conferências nacionais que visam a construção, desde a base, de consensos nacionais para servir de parâmetro na melhoria das condições em diferentes áreas.

Independentemente do modelo de diálogo e participação adotado, um cuidado deve sempre ser tomado. Existe grande assimetria de condições entre os empregadores rurais, o agronegócio e os trabalhadores assalariados rurais. A



informalidade é altíssima e o setor é campeão de trabalho escravo. Ao mesmo tempo, trata-se do setor mais rico da economia — o PIB do agronegócio pode responder por cerca de 21,5% do PIB do país neste ano. É importante que o processo de diálogo reconheça isso, garantindo participação equânime dessas realidades.

Também é interessante envolver outros atores no diálogo, além dos representantes de trabalhadores e empregadores. Contudo, o cuidado deve ser tomado para não diluir o peso político da representação dos trabalhadores no processo decisório. Sobre políticas e práticas empresariais dos empregadores rurais, é crucial permitir o acesso à fazenda dos sindicatos de trabalhadores assalariados rurais sem anúncio prévio. Os sindicatos devem poder conversar com os trabalhadores sem a presença do empregador, visitar as instalações de trabalho, alojamento e refeitório e contar com espaço para realização de reuniões, assembleias

e afixar comunicados.

Para as cadeias de fornecimento agrícolas, torna-se urgente a transparência de uma política corporativa sobre a responsabilidade com direitos humanos, utilizando como base o modelo de política empresarial de cadeias de fornecimento agrícola responsáveis, como o proposto pelo Guia OCDE e da FAO. A divulgação dos fornecedores precisa ocorrer até o nível da fazenda, além de ser atualizada com regularidade e incluir o nome, CNPJ, estado, município e endereço, latitude e longitude das fazendas.

Com o devido comprometimento estabelecido, metas estruturadas e dedicação de todos os envolvidos, será possível avançar na conquista de um cenário rural que definitivamente deixe para trás a escravidão, reconheça pessoas negras enquanto seres humanos, possuidoras e possuídas de direitos, e reconheça o trabalho digno como um direito inalienável de cada uma e cada um deles.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Evitamos buzinar

Brasília vai parar. Pelo menos é o que acreditam todos aqueles que entendem minimamente de trânsito. A quantidade de carros circulando nas ruas do Distrito Federal, mais de 2 milhões de veículos, indica que, a qualquer momento, as vias públicas vão literalmente colapsar.

Pior é que esse número não para de crescer, com o acréscimo de milhares de automóveis entrando em circulação a cada ano. Há um limite racional, estimado pelos engenheiros que traçam essas vias, para que o trânsito flua normalmente, sem incidentes. Rompida essa margem, o que se tem são congestionamentos frequentes, acidentes recorrentes, vias intransitáveis e um enorme prejuízo para a cidade e seus cidadãos.

É sabido que, em cidades em que o trânsito é caótico, todos os serviços básicos e emergenciais de atendimento entram em pane. Tal fenômeno provoca uma queda sensível não só na qualidade de vida de seus habitantes como gera prejuízos econômicos irremediáveis. Todos saem perdendo. As autoridades e, principalmente, a classe política local deve, de uma vez por todas, entender que o planejamento urbano é o ponto mais sensível de uma cidade.

Qualquer falha ou remendo no delicado ordenamento urbano pode ser causa de prejuízo a todos igualmente, levando a inviabilidade da cidade. O trânsito é um desses delicados planejamentos urbanos que deve ser elaborado nos mínimos detalhes, bem antes da implantação de bairros ou comunidades em áreas dentro e no entorno da cidade.

O colapso verificado na mobilidade dos brasilienses decorre do mal planejamento e da açodada política de assentamentos, feita unicamente por motivações políticas eleitoreiras. Colocar as causas dos atuais congestionamentos das ruas da cidade de lado significa, entre outros prejuízos, declarar que esses problemas irão não só continuar como poderão ser agravados em um curto período de tempo, levando a situações.

Não será surpresa se, em continuidade com essas políticas equivocadas, logo teremos o rodízio de carros na cidade, com incremento ainda maior para a indústria de multas. Também não será surpresa se todos os estacionamentos públicos que, hoje, favorecem o comércio e outras atividades, virem a ser privatizados. Outra previsão é de que os estacionamentos residenciais vão ser fechados pelos moradores locais. As áreas verdes da cidade, que, a cada dia que passa, vão virando estacionamento, vão desaparecer pouco a pouco, destruindo uma das mais importantes escalas da cidade: a bucólica.

Não há solução possível para o colapso no trânsito que não passe antes pelo respeito às escalas urbanas, pelo planejamento urbano e pelo respeito aos compromissos firmados. Caso se chegue a essa fase de descontrole, o resultado será o fim de Brasília como a conhecemos.

» A frase que foi pronunciada:

“Dizem que o universo está se expandindo. Isso deve ajudar com o trânsito.”

Steven Wright

Tinta

» O momento de reforçar a tinta das faixas de pedestres está passando. Nas entrequadradas, na N2 e na S2, as faixas estão quase todas apagadas, trazendo mais perigo na travessia.

Direito

» Dad Squarisi reagiria, com certeza, à palavra stalking, que poderia muito bem ser substituída por perseguição. Não há razão de usar palavra estrangeira para identificar o que a língua portuguesa é capaz de fazer.

Ao redor do mundo

» Comprovado o impacto negativo do celular em sala de aula. O programa de Avaliação Internacional de Estudantes (Pisa) indica a correlação negativa entre o aparelho e a aprendizagem. “A simples proximidade de um aparelho celular é capaz de distrair o estudante.”

» História de Brasília

Não fui bem interpretado numa nota sobre a merenda escolar, na escola da superquadra 107. Na minha opinião, ninguém merece mais elogios que o pessoal do Plano Escolar e do Plano Hospitalar. São dois planos que todo mundo quer alterar para pior, e a luta dos que o sustentam já tem custado muitos sacrifícios, mas um dia será reconhecida. (Publicada em 11/4/1962)

Os presentes que os anos trazem

» JOSÉ HORTA MANZANO
Empresário

Correligionários e amigos do peito podem acompanhar teu corpo moribundo até o pé da cova. Podem chamar o padre para a extrema-unção. Podem até despejar pétalas quando teu caixão for baixado. Mas não esperes que algum deles se atire na cova contigo: nenhum o fará. Chega um momento em que o interesse pessoal de cada um sobressai e prevalece.

Basta ver o que aconteceu com Joe Biden. Correligionários antigos, admiradores fervorosos e financiadores generosos, daqueles que por anos o apoiaram, foram, um a um, se afastando da campanha de reeleição. Até personalidades célebres anunciaram publicamente ter desistido de apoiá-lo. Ponto alto da humilhação, o The New York Times, jornal mais importante do país, declarou a seus milhões de leitores que considerava ser chegada a hora de Biden renunciar à candidatura e ceder o posto a outro pretendente.

Tudo se precipitou na sequência de um debate televisivo entre Joe Biden e Donald Trump. O desempenho de Biden foi tão calamitoso que o eleitor americano se pôs a duvidar que ele estivesse em condições de governar o país por mais quatro anos. Suas falas foram confusas e nebulosas a ponto de constar a plateia.

Teorias de complô floresceram. Uma das mais interessantes garantiu que o ataque proveio de uma arma de energia dirigida, de origem russa, manipulada por agente infiltrado instalado no

auditório, arma que bloqueou e baqueou Biden. Se os deslizes do presidente tivessem se resumido ao desempenho naquele debate, podia até ser. O problema é que ele foi vítima das mesmas perturbações em numerosos outros pronunciamentos. A “arma de energia dirigida” pôde, assim, ser descartada.

O problema de Joe Biden parece ligado a uma afecção neurológica fomentada pelo avanço da idade. A rápida degradação de sua higidez mental foi observada atentamente mundo afora. Na França, parlamentares já estão propondo um limite de idade para cargos eletivos. Um exemplo dessa prudência já existe no Brasil, com a aposentadoria compulsória dos ministros do STF.

Em princípio, a velhice não rima obrigatoriamente com caduquice. Mas há que convir que, quanto mais avançam os anos, mais propenso fica o indivíduo a sofrer certa diminuição do desempenho mental. Para um cidadão qualquer, é chato mas... que fazer? Já para o dirigente máximo de um país, o cenário é mais dramático. Aos 81 anos, Biden não resistiu à pressão e, finalmente, decidiu entregar as rédeas. Devia tê-lo feito antes. Uma desistência assim, de última hora, ficou com cara de derrota.

Por falar em idade, Luiz Inácio da Silva completa 79 anos daqui a três meses. Caso a saúde não lhe falte, ele é bem capaz de tentar a reeleição em 2026. Se o fizer (e se for bem sucedido),

já terá completado 81 anos ao assumir o próximo mandato — exatamente a idade de Joe Biden hoje.

Lula é impulsivo e falante. Como se sabe, quem fala muito, às vezes, desliza. Temos visto as encrencas que as falas de nosso presidente lhe têm trazido. Arrumou briga feia com Israel, se desentendeu com o presidente argentino, causou resabão geral na Europa com seu respaldo a Putin e seu rechaço a Zelenski. Nenhum dirigente de país grande tropeçou tanto.

Pesquisa recente diz que 55% dos eleitores acham que Lula não merece nova chance em 2026. A dois anos da eleição, não se pode cravar, mas esse resultado deveria acender no Planalto um pisca-pisca amarelo vivo. E com o drama de Biden ainda fresco na memória, o eleitorado pode se assustar.

Logo será dada a partida da corrida presidencial de 2026. Por enquanto, os candidatos principais não se apresentaram. Vai chegando o momento em que Lula, em seu íntimo, deveria reconhecer que chegou a hora de designar seu herdeiro político. O mais importante é convencer-se de que esse é o melhor caminho. O anúncio público pode vir mais tarde. Se Lula insistir em se apresentar como candidato, a crescente rejeição que ele sofre vai poluir a campanha. Uma avenida estará então aberta para a volta dos bolsonaristas.

É sempre melhor saltar do bonde por vontade própria do que ser atirado fora do veículo.